

# COMISSÃO TÉCNICA DE CATALOGAÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANA-IFPR

**Elisete Lopes Cassiano** (IFPR) - elisete.cassiano@ifpr.edu.br

**Cler Rosane Coldebella Muraro** (IFPR) - cler.muraro@ifpr.edu.br

**Fabiane Ferreira** (IFPR) - fabiane.ferreira@ifpr.edu.br

**Hugo Avelar Cardoso Pires** (IFPR) - hugo.pires@ifpr.edu.br

## **Resumo:**

*Observamos nas últimas décadas um aumento na produção e disseminação de documentos, decorrente da evolução tecnológica. Nesse cenário o profissional da informação deve dispor de ferramentas que assegurem a identificação, a organização e localização dos registros o conhecimento. O uso de tecnologias no serviço de bibliotecas crescem de forma constante, especialmente no que diz respeito a construção de formas de representação descritiva, agilizando processos e facilitando a recuperação da informação. O processo de catalogação requer a retirada de dados de um documento, os quais são transformados em uma ficha catalográfica ou num registro em formato MARC para a formação de um catálogo e consequente recuperação pelo usuário. O AACR2 serve como um padrão externo para inserir conteúdo no formato MARC. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as etapas de criação de uma Comissão Técnica de Catalogação, bem como apontar as dificuldades e vantagens de ter um grupo de trabalho voltado para a padronização dos acervos das bibliotecas do IFPR. Dentre os objetivos específicos citamos: criação e divulgação de regras de catalogação; checagem por relatórios das atividades relativas a catalogação; orientação dos bibliotecários responsáveis pela catalogação na unidade; compartilhamento de planilhas com informações básicas de catalogação; padronização das atividades de catalogação. Por fim, aponta e analisa o estado atual da Comissão e sugere rotinas para que todas as bibliotecas sigam o mesmo padrão e possam, dessa forma, oferecer de maneira organizada e concisa o melhor trabalho para seus usuários, além de integrar o Catálogo da Rede Pergamum.*

**Palavras-chave:** 1. Catalogação Descritiva 2. Comissão de Catalogação 3. Bibliotecas IFPR

**Área temática:** Eixo 2 - Responsabilidade Política, Técnica e Social

**Subárea temática:** Organização e tratamento da informação

# **XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

## **XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias SNBU 2016**

**Eixo Temático:** Responsabilidade Política, Técnica e Social

**COMISSÃO TÉCNICA DE CATALOGAÇÃO DE RECURSOS  
INFORMACIONAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA  
IMPLANTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANA-IFPR**

# XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

## RESUMO

Observa-se nas últimas décadas um aumento na produção e disseminação de documentos, decorrente da evolução tecnológica. Nesse cenário o profissional da informação deve dispor de ferramentas que assegurem a identificação, a organização e localização dos registros do conhecimento. O uso de tecnologias nos serviços de bibliotecas cresce de forma constante, especialmente no que diz respeito a construção de formas de representação descritiva, agilizando processos e facilitando a recuperação da informação. O processo de catalogação requer a retirada de dados de um documento, os quais são transformados em uma ficha catalográfica ou num registro em formato MARC para a formação de um catálogo e consequente recuperação pelo usuário. O AACR2 serve como um padrão externo para inserir conteúdo no formato MARC. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as etapas de criação de uma Comissão Técnica de Catalogação, bem como apontar as dificuldades e vantagens de ter um grupo de trabalho voltado para a padronização dos acervos das bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Dentre os objetivos específicos citamos: criação e divulgação de regras de catalogação; checagem por relatórios das atividades relativas a catalogação; orientação dos bibliotecários responsáveis pela catalogação na unidade; compartilhamento de planilhas com informações básicas de catalogação; padronização das atividades de catalogação. Por fim, aponta e analisa o estado atual da Comissão e sugere rotinas para que todas as bibliotecas sigam o mesmo padrão e possam, dessa forma, oferecer de maneira organizada e concisa o melhor trabalho para seus usuários, além de integrar o Catálogo da Rede Pergamum.

**Palavras-Chave:** Catalogação Descritiva. Comissão de Catalogação. Bibliotecas IFPR.

# XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

## ABSTRACT

We observed in recent decades an increase in the production and dissemination of documents, resulting from technological change. In this scenario the information professional must have tools to ensure the identification, organization and location of records knowledge. Use of technology in the library service grow steadily, especially as regards the construction of forms of descriptive representation, streamlining processes and facilitate retrieval of information. The cataloging process requires the removal of a document data, which are processed in a catalog entry or a record in MARC format for the formation of a catalog and subsequent recovery by the user. The AACR2 serves as an external standard to enter content in MARC format. In this context, this paper aims to present the steps of creating a Cataloging Technical Committee, as well as point out the difficulties and advantages of having a working group focused on the standardization of collections of libraries Instituto Federal do Paraná (IFPR). Among the specific objectives we quote: creation and dissemination of cataloging rules; checking for reports of activities related to cataloging; orientation of librarians responsible for cataloging the unit; sharing spreadsheets with basic information cataloging; standardization of cataloging activities. Finally, it points out and analyzes the current state of the Commission and suggests routines so that all libraries follow the same pattern and can thus offer an organized and concise way the best work for your users, and integrate the catalog of Pergamum Network.

**Key-words:** Descriptive Cataloguing. Commission Cataloguing. IFPR Libraries.

# XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

## 1 INTRODUÇÃO

A rede de educação profissional no Brasil cresceu exponencialmente na última década e a criação dos Institutos Federais de Educação (IFs) fez com que o número de escolas que possuem Ensino Médio aliado aos cursos técnicos e cursos superiores aumentassem consideravelmente.

Com tal expansão, alguns desafios surgiram também para os servidores e profissionais que atuam nesses espaços. No que concerne às bibliotecas desses IFs, a multiplicidade de usuários e de acervo (trata-se de uma biblioteca escolar ou universitária?), bem como a necessidade da criação de padrões de descrição para melhor trabalho executado por parte dos bibliotecários e consequente recuperação de informação por parte dos usuários, tornam-se desafios para as instituições.

Cabe aqui definir o conceito de padrão. O dicionário Aurélio define padrão como “aquilo que serve de base ou norma para avaliação; medida. Objeto que serve de modelo à feitura de outro” (p. 602). Segundo a ISO (International Organization for Standardization) (ISO *apud* Dziekaniak et al, 2008) um padrão pode ser entendido como “[...] um documento aprovado por um organismo reconhecido que provê, pelo uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características de produtos, processos ou serviços cuja obediência não é obrigatória”.

A utilização de padrões sempre permeou o contexto biblioteconômico, seja pelo uso das classificações (CDD e CDU), seja pelo processo de catalogação e indexação, seja pela utilização do formato MARC. Grande parte dos atos feitos por bibliotecários no processamento técnico seguem padrões. Em instituições com um grande número de bibliotecas e bibliotecários atuando, criar padrões de ações para o processamento técnico torna-se de extrema importância, uma vez que diminui a possibilidade de erro por parte dos catalogadores, bem como permite a criação de informações que seguem uma norma e facilitam a recuperação da informação por parte dos usuários.

Nesse contexto, este trabalho propõe-se a descrever a necessidade da criação da Comissão de Catalogação no Instituto Federal do Paraná, criada através da Portaria n. 1486, de 16 de julho de 2015. Para tal, faz-se um breve histórico da Educação Profissional no Brasil. Discute a importância da catalogação e da criação de padrões de catalogação e por fim aponta novos desafios e metas para que a Comissão de Catalogação possa contribuir efetivamente para a melhora significativa dos serviços oferecidos ao usuário final.

## 2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

A educação profissional no Brasil tem suas origens no século XIX, com a criação de instituições que amparavam jovens órfãos e pessoas que não dispunham de condições socioeconômicas favoráveis para que não cometessem crimes, ou conforme Moura (2010), “que não continuassem a praticar ações que estavam na *contraordem dos bons costumes*” (p.62; grifo do autor). Segundo o autor, tal característica era condizente com a sociedade escravocrata da época, que surgiu dependente da coroa portuguesa, que recebeu influências de povos holandeses, franceses, dentre outras, que resultou em uma ampla diversidade cultural e

## XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

### BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

de condições de vida, o que marcou os descendentes de cada um dos estratos da sociedade (MOURA, 2010).

Durante o século XX há o esforço por parte do poder público na organização da formação profissional, com mudança do foco assistencialista para uma educação que atendesse às necessidades do campo econômico, sobretudo na formação da mão-de-obra do setor industrial que se desenvolvia no país (MOURA, 2010). Tal característica de se adequar às realidades econômicas do país e suprir a carência de mão de obra se faz presente durante a maior parte da história da educação profissional do país nas décadas seguintes, com a criação de instituições e políticas que pudessem propiciar a formação desses trabalhadores.

Avançando na história da educação profissional brasileira, os anos 1930 foram importantes para o desenvolvimento educacional no país como um todo e para a educação profissional. Após tal década, importantes leis e ações por parte dos governos foram criadas para estruturação do ensino profissional no país. Crivellari e Sima (2015) destacam como tais marcos:

1937 – a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais a partir da Lei nº 378; 1942 – a transformação dos Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas por meio da Lei nº 4.127; 1959 – a transformação das Escolas Industriais e Técnicas em Escolas Técnicas Federais em 1959; 1971 – a transformação do currículo do segundo grau em técnico-profissional de forma compulsória por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira; 1978 – as primeiras transformações de Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica; 1996 – a disposição de capítulo próprio sobre a educação profissional na LDB; 2005 – o início do Plano de Expansão da Rede Federal; e 2008 – a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (p. 29)

Com o objetivo de oferecer formação de ensino médio integrado ao ensino técnico, além de educação em nível de graduação e pós-graduação, os Institutos Federais (IFs) foram criados pela Lei 11.892 em 29 de dezembro de 2008. De acordo com o segundo artigo da respectiva lei, os institutos se caracterizam por ser instituições pluricurriculares e multicampi, especializadas em ofertar educação profissional e de qualidade nas diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2008).

A função de formação de mão de obra dos IFs é destacada no sétimo artigo da lei, que menciona que um dos objetivos dos Institutos é o de “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008)

Cabe destacar que tal política de criação de Institutos vem ao encontro de uma política federal de expansão do ensino técnico profissionalizante no país, que por mais que venha crescendo nos últimos anos, ainda se apresenta como deficitária. Moura (2010) afirma que a oferta de ensino profissional no âmbito federal, alcança apenas 10,73% do número de matrículas nesses cursos e que tal oferta ainda é menor que do âmbito privado, que representa 54,8% do número de matrículas.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) foi criado pela lei de 2008, após a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e Marabá. Possui como grande missão promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e

## **XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**

### **BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL**

extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade.

Atualmente, o IFPR é composto por vinte e quatro (24) Campus espalhados pelo estado do Paraná, que oferecem uma gama variada de cursos integrados de Ensino Médio, técnico e superior (nas modalidades bacharelado e licenciatura) (IFPR, 2016).

Cada campi possui uma biblioteca composta por acervo que visa dar subsídios ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nas unidades do IFPR. Quanto à sua tipologia, Crivellari e Sima (2015, p. 30) destacam que as bibliotecas dos IFs, de um modo geral, “devem estar inseridas num contexto de educação básica e superior, ou seja, é biblioteca escolar e biblioteca universitária ao mesmo tempo, tendo em vista as finalidades, características e objetivos estabelecidos pela Lei n. 11.892 de 2008.”

Diante da multiplicidade de materiais que tais características trazem para as bibliotecas dos Institutos Federais, a criação de padrões para nortear a catalogação dos acervos possibilita que as tarefas realizadas pelos bibliotecários sejam realizadas com menos erros e com um nível descritivo que atenda às necessidades dos usuários. Desta forma, pensar no processo de catalogação e na criação de comissões para estabelecer tais padrões, pode ser uma das formas para otimização do trabalho bibliotecário dentro de tais instituições.

### **3 O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO E OS DESAFIOS DO BIBLIOTECÁRIO**

O avanço das tecnologias da informação e comunicação, e conseqüentemente sua aplicação nas diversas áreas, especialmente nas bibliotecas, possibilita o acesso rápido e a difusão da informação. Nesse sentido a catalogação é um processo que codifica os dados disponíveis nos recursos informacionais dispondo os mesmos para a recuperação pelos usuários. De acordo com Mey (1995, p. 38): “A catalogação compreende três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização.” Assim, a descrição bibliográfica é o meio de identificação dos itens no acervo.

Observa-se nas últimas décadas um aumento significativo na produção e disseminação de documentos, decorrente da evolução tecnológica. Diante desse cenário o profissional da informação deve dispor de ferramentas que assegurem a identificação, a organização e a localização dos registros do conhecimento. A prática da catalogação vem embasada por meio de padrões internacionais, através dos quais são estabelecidas as regras que nortearão as atividades, que envolve desde a análise do item até a sua disseminação.

Independentemente do tipo de catálogo adotado pela biblioteca é necessário que ao se preparar o catálogo preste-se atenção aos seguintes itens: uniformidade das informações, economia na preparação e na manutenção economizando recursos e tempo.

Em 1969 editou-se no Brasil a tradução para o português da versão americana com o título de Código anglo-americano de catalogação, ou AACR2. O AACR2 visto como uma norma internacional que subsidia o tratamento da informação dispõe de regras que norteiam o trabalho da representação dos itens do acervo. O AACR2, como um código usado de forma internacional e atualmente em uso com o formato MARC favorece o intercâmbio de dados bibliográficos e catalográficos.

Santos e Corrêa (2009, p. 20) definem a catalogação como “mecanismo essencial para a padronização e descrição das informações, construída a partir de regras que ofereçam o

## **XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**

### **BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL**

máximo de padronização e minimizem as interpretações individuais.”

O bibliotecário responsável por executar as atividades de catalogação deve estar atento aos detalhes que envolvem as tarefas, visto que o compartilhamento em rede, como o sistema de bibliotecas, pode interferir no trabalho de outros bibliotecários e até mesmo no acesso a coleção pelos usuários.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral utilizar ferramentas para a padronização das ações feitas por parte dos bibliotecários dos campi do IFPR e a solução de dúvidas que surgem quanto à utilização do sistema. Os objetivos específicos são: criar e divulgar regras de catalogação; verificar, por meio de relatórios, as atividades desenvolvidas, relativas a catalogação; orientar os bibliotecários responsáveis pela catalogação na unidade.

## **4 A COMISSÃO DE CATALOGAÇÃO DO IFPR**

A Comissão de Catalogação de Recursos Informativos no software Pergamum do Instituto Federal do Paraná é vinculada à Comissão de Gerenciamento do Sistema Pergamum da instituição. Criada pela Portaria n. 1486, em 16 de julho de 2015 e com validade de 12 (doze) meses, a Comissão de Catalogação tem por finalidades:

- a. Fixar regras de catalogação, a partir das normas AACR2/MARC21 e Classificação Decimal de Dewey (CDD);
- b. Orientar a equipe de bibliotecários sobre as diretrizes de catalogação adotadas para a atividade de catalogação do âmbito do IFPR;
- c. Avaliar a produção de registros bibliográficos no sistema Pergamum, quanto a correta aplicação dos critérios e padrões fixados, apontar erros e instruir a correção destes, junto a qualquer membro da equipe de bibliotecários, no que couber.

Ao iniciar o trabalho, neste primeiro ano, a Comissão buscou articular ações no sentido de orientar os bibliotecários do Sistema de Bibliotecas do IFPR a realizarem o processo de catalogação de forma eficiente. Desta forma, após reuniões realizadas através da ferramenta Hangout, foram definidas as seguintes atividades como prioritárias:

- a. Divulgar a criação da Comissão de Catalogação para todos os bibliotecários do IFPR, bem como seus objetivos e finalidade;
- b. Criar um instrumento de fluxo de atividades entre os membros da comissão;
- c. Compartilhar planilhas com informações básicas de catalogação;
- d. Disponibilizar o Manual de Catalogação;
- e. Estabelecer um prazo para a resposta ao (s) bibliotecário (s) que envia dúvidas. Tal prazo foi estipulado em 72 horas;
- f. Desenvolver um FAQ (serviço de perguntas e respostas) para a otimização do tempo útil da comissão e também dos bibliotecários;
- g. Possibilitar treinamento individual para os novos bibliotecários no Campus Curitiba (por possuir maior acervo e número de bibliotecários);
- h. Articular a participação de pelo menos um bibliotecário de cada campi em um curso à distância sobre o Formato de Autoridades Marc.

# XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

## BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

### 4.1 Panorama das Ações da Comissão de Catalogação

Alguns fatores têm dificultado o avanço do trabalho da Comissão para que ela se efetive de forma completa e possa realizar o trabalho proposto de forma integral. A equipe reduzida, a falta de material de apoio e as poucas horas disponíveis para atender as demandas dos bibliotecários, são alguns exemplos de problemas que dificultam o trabalho de atendimento. Deste modo, torna-se evidente, que alguns itens ainda precisam ser alinhados pela Comissão de Catalogação para que ela possa se tornar efetivamente funcional e articulada.

Entretanto, apesar de seu pouco tempo de criação, alguns processos criados já alteraram o perfil do acervo e conseqüentemente a dinâmica dos bibliotecários. Mais atentos, observa-se que os profissionais vêm realizando os processos de catalogação e indexação com menor número de erros e questionando mais sobre eventuais dúvidas.

A reunião das dúvidas surgidas em um FAQ vem permitindo que os questionamentos possam ser compartilhados. Incentivar o uso maior de tal ferramenta por parte dos bibliotecários, para que perguntas já respondidas não sejam refeitas e para que estes tenham maior autonomia, torna-se também um desafio para a Comissão. Além disso, a Comissão vem pensando em ações que envolvam mais os bibliotecários e os incitem a colaborar nos processos e sugerir melhorias e/ou adaptações.

Como ações futuras, a Comissão visa a conferência de todos os cadastros inseridos no Sistema Pergamum, bem como a orientação ao bibliotecário responsável pela catalogação, quando identificado cadastro incompleto, duplicado ou autoridade incompleta, por exemplo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios das bibliotecas dos Institutos Federais passam por questões muito mais amplas do que somente o trabalho de classificação e catalogação. Dada a multiplicidade de materiais e do número de bibliotecas que muitas vezes compõem as redes dos IFs dos estados, a criação de padrões de catalogação colaboram para a manutenção de uma base de dados mais homogênea, facilitando o trabalho de bibliotecários e a recuperação da informação por parte dos usuários.

Prestes a completar um ano da publicação da Portaria n. 1486 de 16 de julho de 2015, que estabelece a criação da Comissão de Catalogação de Recursos Informativos, é possível avaliar como positivo o processo de organização de um Sistema Integrado de Bibliotecas para o IFPR.

A criação da Comissão Técnica de Catalogação de Recursos Informativos, bem como a Comissão de Gerenciamento do Sistema Pergamum do IFPR são pontos estratégicos para a implementação de metodologias para acesso e uso uniforme da catalogação e da base de dados.

Entende-se que a solidificação deste trabalho se dará no momento em que todos os bibliotecários do IFPR estiverem cientes sobre o impacto que o trabalho organizado e metódico da catalogação agrega na qualidade de uma base de dados e, conseqüentemente, na qualidade do serviço oferecido ao usuário final.

A partir desta organização será possível incluir o IFPR na Rede Pergamum, rede esta

## XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

### BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

que congrega todas as bibliotecas que utilizam o mesmo software e compartilham informações de núcleo comum a respeito de uma obra.

A missão da Comissão neste sentido, não é o de anular os erros, e sim, orientar os profissionais que fazem o trabalho de catalogação entenderem e utilizarem as regras estabelecidas para melhor fluidez do processo. Afinal trata-se de uma atividade ligada ao profissional, a pessoas, que sempre tem dúvidas e invariavelmente cometem erros.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; SIMA, Aline Michelle. Biblioteca universitária, escolar e comunitária: o caso da biblioteca comunitária “Professora Ebe Alves da Silva” do IFMG. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 28-48, dez. 2015. ISSN 1678-765X. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8640597>>. Acesso em: 20 abr. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v14i1.8640597>.

DIEKANIAK, Gisele Vasconcelos et al. Uso do padrão MARC em bibliotecas universitárias da região Sul do Brasil 10.5007/1518-2924.2008v13n26p188. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 188-200, jan. 2008. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n26p188>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **IFPR**. Disponível em: <<http://www.ifpr.edu.br/>>. Acesso em 17 abr. 2016.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. MOLL, Jacqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312p.

PADRÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008. p.602

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação: trajetória para um código internacional**. Niterói: Intertexto, 2009.